

FAZER O HOMEM OU O CIDADÃO *

Luiz Roberto Salinas Fortes

Indo para além do texto do Contrato Social, cabe perguntar a respeito das possibilidades históricas efetivas de realização deste ideal político. O que é possível fazer concretamente? Como passar da realidade social corrompida que temos diante de nós para a sociedade passível de ser concebida segundo os valores da liberdade e da igualdade? As respostas de Rousseau a esta outra questão estão muito longe de ter a completude ou a clareza das que formulou para as questões anteriores. Mas dispomos, apesar disso, de algumas pistas.

Em um famoso texto, logo no início do Émile ele propõe a seguinte alternativa: "É preciso optar entre fazer um homem ou fazer um cidadão; não se pode fazer ambos ao mesmo tempo". Junto com esta disjuntiva o autor está nos propondo, com uma notável concisão, uma importante chave para se decifrar a articulação entre o Contrato e o Émile.

Ninguém melhor do que Bertrand de Jouvenel, estudioso contemporâneo do pensamento de Rousseau, comentou esta passagem: "O que está perdido - diz este autor -

* Fragmento sobre o Émile de Rousseau.

está perdido; é preciso salvar aquilo que é salvável. Ora, o que é que é salvável? Na grande sociedade corrompida, é o indivíduo. E Rousseau escreve o Émile. Na pequena sociedade que não está ainda muito avançada em direção à perdição, é a própria sociedade. E Rousseau escreverá sobre o governo de Genebra, sobre a constituição da Córsega e sobre a reforma da Polônia". É na perspectiva desta disjunção, que propõe os seus dois termos como soluções apropriadas para momentos e situações distintas, que o problema da realização do ideal político ou do ideal pedagógico rousseauiano ganha sua localização adequada. E é, por outro lado, o quadro histórico fornecido pelo Discurso sobre a origem da desigualdade, que fornece o solo real sobre o qual se desenha a alternativa.

Nestas condições não se deve tomar a idéia de comunidade que decorreria das páginas do Contrato Social como podendo ser aplicada em quaisquer circunstâncias de tempo e de lugar. É somente em condições muito especiais que o ideal resultante da regra da vontade geral poderá passar para a prática. Isto só é a rigor possível em pequenas comunidades e no momento da sua "juventude", ou seja, quando o irreversível processo de corrupção, de que o agigantamento das nações e das cidades são sintomas inequívocos, ainda não produziu efeitos irreparáveis. Não há como esperar, por exemplo, que uma grande sociedade corrompida como a França do século XVIII possa vir a se transformar na virtuosa Esparta mediante uma revolução regenerado

ra, ao contrário do que imaginaram os revolucionários de 89.

Dos povos que lhe são contemporâneos, o único que Rousseau, com base nos seus critérios, julga "capaz de legislação", isto é, o único capaz de ser organizado segundo o imperativo da vontade geral, é a ilha da Córsega, para a qual redigirá um projeto de Constituição. Mesmo a Polônia, este grande estado para o qual Rousseau é também chamado a legislar, não é inteiramente "legislável" ou absolutamente conformável aos princípios do direito político, de tal maneira que o projeto de reforma proposto nas "Considerações" - texto importante que é um complemento significativo das teses abstratas do "Contrato" - buscará uma permanente adaptação às circunstâncias.

O que é "salvável" nas grandes sociedades corrompidas é o indivíduo ou alguns indivíduos que tenham a sorte de permanecer um pouco à margem destas sociedades. Emílio, este personagem de ficção, simbolizará este indivíduo. Posto desde o nascimento em contacto íntimo com a natureza, tomando-a sempre como guia, ele será educado para conviver e suportar a vida em uma grande sociedade corrompida, onde já não há mais perspectivas de salvação global porque já não há mais nem leis, nem pátria, nem corpo político. Toda sua educação, caracterizada como "educação negativa", visará mantê-lo imune aos vícios circundantes. Será bem sucedida a educação que conseguir fazer o indivíduo em

formação acompanhar a "marcha da Natureza", atropelada e reprimida pela marcha enlouquecida das educações vigentes. Nestas condições, além de ser um tratado pedagógico crítico, o Émile é também um tratado da "bondade natural" do Homem, já que reconstitui as etapas naturais de formação do indivíduo humano, assim como o Discurso sobre a origem da desigualdade o fazia em relação à espécie.